

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA GEOGRAFIA E OS ESTUDOS SOBRE O CAMPO¹

Dimas Moraes PEIXINHO²

RESUMO.

Esse texto objetiva fazer uma reflexão teórico-metodológica de como abordar o campo em uma perspectiva geográfica. Para compreender as configurações geográficas do campo brasileiro é necessário entender o processo do desenvolvimento capitalista no Brasil e suas contradições. Dentre essas contradições está a criação de formas não capitalistas e diferentes temporalidades que se imbricam, produzindo um mosaico espacial.

Refletir sobre o campo brasileiro neste final de século e virada de milênio não é tarefa fácil, porém é um desafio que deve animar os estudiosos da Geografia, especialmente aqueles que querem entender a gênese da sociedade brasileira.

O esforço para compreender o campo brasileiro vai além dos estudos da Geografia, mas com certeza podemos dar uma contribuição para desvendar as contradições que cercam a realidade no campo, principalmente na sua dinâmica espacial.

Claro que estudar o campo não pode significar isolá-lo em si, pois só é possível compreendê-lo na sua totalidade e nas contradições que marcam a própria construção do espaço brasileiro, que é anterior ao próprio Brasil. O modelo de colonização

¹ Texto apresentado no XV Encontro Nacional de Geografia Agrária, Goiânia, 2000.

² Professor no Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás, campus avançado de Jataí.

adotado por Portugal no processo de territorialização na América reproduziu estruturas praticadas em outras colônias e mesmo no território da metrópole, como, por exemplo, o sistema de sesmaria, que impedia o acesso à terra aos que não tinham os privilégios da Coroa Portuguesa. Um outro elemento fundador da estrutura fundiária concentracionista brasileira é o poder local que tem na propriedade da terra o seu elemento de dominação.

Esse sistema excludente produziu e sedimentou um espaço desigual, em que aproximadamente 500 famílias detêm 43% das terras agricultáveis e 57% da população rural dispõem de apenas 3% dessas mesmas terras. Essa estrutura tem gerado conflitos que resultam em um número cada vez maior de assassinatos de trabalhadores que lutam pela terra, condição para sua sobrevivência, e só nos últimos 30 anos mais de 2.000 vidas foram ceifadas nesse processo.

O modelo agro-exportador instalado no Brasil perdurou de forma inabalável da colônia até a República Velha e permanece, ainda hoje, com a incorporação de ingredientes técnicos e a ampliação dos produtos exportados. Esse modelo tem sido capaz, através de alianças com outros setores conservadores, de manter a mesma estrutura e até ampliar o domínio sobre a terra no nosso país.

Muita tinta e papel já foram gastos na interpretação das questões que marcam o campo brasileiro. Interpretações que buscaram transpor realidades externas para a nossa; esquemas teóricos que serviram para explicar outros tempos, mas que são insuficientes para dar conta da realidade complexa e contraditória em que se constitui o campo na atualidade. As discussões sobre as interpretações têm produzido um rico debate sobre o rural no Brasil, que nem de longe está esgotado, e é por isso que estamos aqui debatendo esse tema. Como a Geografia se insere nesse debate? Quais os recursos teórico-metodológicos de que dispomos para contribuir nesse debate? Qual é o papel dos estudiosos da Geografia nas questões que marcam o campo nos dias de hoje?

Antes de focar como a Geografia tem discutido essas questões, é importante retomar, mesmo que de forma pontual, as interpretações clássicas sobre o campo, pois elas vão servir de base para o debate nas interpretações geográficas.

As interpretações clássicas sobre o campo

Nos clássicos, o fio condutor do debate sobre o campo gira em torno das mudanças que o capitalismo produz no seu processo de expansão no campo. Nesse processo, o capitalismo apropria-se dos meios de produção da classe trabalhadora, subordinando-a à condição de mão-de-obra para o capital. Portanto, como afirma Amin (1974, p.16), "o capital aparece então, inicialmente, como uma relação social de classes: existe porque os meios de produção são controlados por uma classe e a outra possui apenas a força de trabalho para vender". Mesmo sendo essa a condição da existência do capitalismo enquanto sistema social de produção, não significa dizer que o seu processo de subordinação seja sempre da mesma forma.

Sabemos que, no caso inglês, o processo de expansão do capitalismo se iniciou no campo, através dos cercamentos das terras comunais, liberando assim os camponeses das suas atividades feudais e convertendo-os em mão-de-obra nas cidades, para fundar a sua base urbana/industrial. No caso francês, a revolução burguesa de 1789 ampliou o acesso à terra, desconcentrando a terra, que até então estava nas mãos do clero e da nobreza. Segundo Linhares e da Silva (1999, 14),

a Revolução vendeu bens da nobreza e do clero, denominados de bens nacionais, um grande número de burgueses e de camponeses enriquecidos puderam apropriar-se, por bom preço, de terras. Houve aí o reforço da propriedade privada rural, com características que variavam grandemente entre regiões do país e seus tipos de cultivo.

No caso prussiano, o processo de expansão do capitalismo no campo se deu pela própria classe detentora das grandes propriedades (Junkers) e que as modernizou, mantendo a estrutura fundiária concentrada. Já nos Estados Unidos, com exceção das colônias do Sul, e principalmente no processo de expansão da fronteira para oeste, o acesso à terra se deu pela via da propriedade familiar (farmer), o que possibilitou um maior acesso à terra.

No campo brasileiro, a terra sempre foi instrumento de controle, num primeiro momento do Estado português e depois dos seus concessionários, os senhores donos de terra. Essa estrutura, mesmo com a expansão das relações capitalistas no campo, tem se mantido através de uma aliança entre os capitalistas que, em muitos casos, se tornaram os próprios donos das terras, e a classe agrária, que vive da renda da terra e do poder do seu controle. Na maioria dos casos, o Estado tem sido o elo para essa aliança.

Esses diferentes caminhos percorridos pelo capitalismo na sua apropriação no campo mostra que o seu desenvolvimento é desigual e contraditório. Tais formas produzidas pelo capitalismo, inclusive formas não-capitalistas, é que tem sido o centro do debate nas interpretações sobre o campo.

Essas formas pré-capitalistas e não-capitalistas que estão imbricadas na expansão do capitalismo do campo resultam do próprio capitalismo, fazem parte de outras formações ou são modos de produção próprios, subordinados ao modo capitalista de produção?

Tomando como referências as análises marxistas, de forma bastante pontual, temos duas posições, que não se excluem e apontam no sentido da eliminação das formas não-capitalistas de produção no campo. Ambas consideram que o capitalismo se desenvolve de forma desigual, porém, no seu processo de ampliação, vai eliminando as formas não-capitalistas, tendendo para uma homogeneização.

Para a primeira tese, o capitalismo, em seu processo de

expansão no campo, reproduziria classes sociais: os detentores dos meios de produção e os assalariados. Portanto, o campesinato se desagregaria, de forma que uns se tornariam proprietários de terras e outros se proletarizariam, tornando-se vendedores de mão-de-obra.

A segunda tese, que também aponta no sentido de formação de classes antagônicas, entende esse processo como resultado da ampliação dos recursos técnicos usados pelos capitalistas na industrialização do campo, o que possibilitaria uma maior agregação de valor na produção. Os camponeses, sem essa condição econômica de acesso a essas tecnologias, não teriam condições de competir com os capitalistas. Portanto, a partir dessa diferenciação técnica, iriam inevitavelmente se proletarizar.

Fazendo um contraponto com as teses acima, Chayanov, ligado aos chamados populistas russos, desenvolveu uma teoria em que busca explicar a permanência do campesinato no modo de produção capitalista. Para esse autor, o campesinato resistiria à proletarização, pois a sua organização produtiva se diferencia da lógica capitalista: o camponês busca um equilíbrio de satisfação e não tem a necessidade de acumular. Esse nível de satisfação estaria ligado diretamente às suas condições de produção: terra, trabalho familiar e consumo. A partir desses elementos, o camponês faria adaptações em suas condições de sobrevivência. Se a sua produção fosse menor que as suas necessidades, ele aumentaria a força de trabalho, envolvendo mais membros da família ou aumentando a sua jornada de trabalho dentro ou fora da propriedade.

Assim, ampliar a jornada de trabalho ou incorporar filhos muito jovens ao processo produtivo aumentaria, ou manteria no nível mínimo anterior, a renda familiar. Mesmo abrindo mão de alguns membros da família, e assim diminuindo a pressão sobre a terra, a família camponesa reproduzir-se-ia

como tal; talvez, é verdade, num patamar mais baixo, roçando a miséria, mas, pronta para recuperar o espaço perdido numa melhor conjuntura. (Linhares, Silva, 1999, 36)

Ao procurar compreender os mecanismos internos da produção camponesa, Chayanov deu uma grande contribuição para o entendimento da organização do campesinato. Porém, quando se extrapola a sua teoria dos mecanismos internos para uma ordem geral, cria-se a contradição de ver o campesinato como um modo de produção dentro do modo de produção capitalista.

Em uma outra perspectiva e buscando uma explicação não só para a manutenção mas para o próprio aumento de formas não capitalistas, um número significativo de autores tem argumentado que essas formas são criadas e recriadas pelo próprio capitalismo, como afirma Oliveira (1987):

Para esses autores portanto, é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalista e não capitalista, combinadas ou não, em decorrência do processo intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora (...) O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com freqüência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante da sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sobre o capitalismo é uma história de (e)migrações. (Oliveira, 1987, p.11)

Esse processo migratório, indo adiante em busca de novas terras, seja na fronteira ou mesmo nas áreas de ocupação antiga, tem caracterizado a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização do campesinato, formando assim, uma dinâmica espacial no campo brasileiro.

Guardadas as discordâncias dessas teorias, o mais importante, do ponto de vista espacial, é que o processo capitalista, especialmente no seu processo ampliado de acumulação, cria ou recria formas capitalistas e não-capitalistas, produzindo um espaço desigual. Portanto, a Geografia deverá buscar compreender como essa construção desigual e contraditória se espacializa no campo e como o capital, ao se expandir no campo, territorializando-se através da apropriação de terras ou monopolizando através do controle da produção, cria uma espacialização.

A espacialização do capital

O capital, no seu processo ampliado de acumulação, subordina os trabalhadores, seja destituindo-os dos seus meios de produção, a terra, tornando-os assalariados (permanentes ou temporários), seja subordinando a sua produção através do controle na circulação. Se o assalariamento tem aumentado no campo, têm aumentado também outras formas não assalariadas, por exemplo, parcerias nos sistemas de "integração". O processo de integração, que é um modelo que existe desde a década de trinta no sul do país, envolvendo a produção camponesa e empresas frigoríficas e de fumo, está passando por mudanças significativas, principalmente no setor da avicultura. A avicultura está passando por uma reestruturação, em que se está substituindo o trabalho familiar por sistemas informatizados, em que apenas uma pessoa é capaz de operar a manutenção diária da granja, dispensando assim um contingente grande de pessoas da família.

Por outro lado, os grandes complexos agro-industriais que

estão se instalando no Centro-Oeste já não estão usando sistema de integração baseado na produção familiar. Por exemplo, os integrados da Perdigão - que instalou um dos maiores complexos agro-industriais da América Latina no setor de aves e suínos em Rio Verde, no sudoeste goiano - têm que ter uma estrutura empresarial com altos investimentos de capital. Isso significa que esse sistema de integração exclui a família camponesa. Só para mencionar um outro exemplo, citado pelo Alentejando em um dos seus textos: a Cica, empresa que pertence à multinacional italiana Parmalat, ao transferir sua unidade industrial de Jundiaí/SP para Rio Verde/GO, diminuiu os seus integrados de 1000 para 100 e ainda aumentou a sua capacidade de produção. Esses seus novos integrados já não são camponeses de produção familiar: têm uma produção mecanizada e usam trabalhadores assalariados, principalmente no período da colheita do tomate.

Esse sistema de integração que subordinava o trabalho familiar e que agora integra produtores capitalistas mantém o elemento central nessa forma de produção, o não pagamento da renda da terra pelo setor do capital industrial; com isso, o capital não precisa territorializar-se, uma vez que subordina a produção. Nesse caso a subordinação não se dá apenas no controle dos produtos, mas no processo de produção. Esses projetos agro-industriais funcionam controlando todo o processo de produção, inclusive como capital financeiro, com banco próprio ou como garantia de empréstimos.

Essa expansão da base agro-industrial para as áreas de fronteiras, notadamente na região Centro-Oeste, foi precedida por políticas de incentivos do Estado, a partir da década de 70, especialmente para as culturas de exportação, como a soja. Esse modelo de desenvolvimento baseado em uma agricultura tecnificada, reordenou o espaço regional, inserindo-o no processo de internacionalização da economia nacional. Hoje esse modelo baseado em uma agricultura mecanizada ocupa mais de 60% das áreas dos cerrados brasileiros. É um exemplo de

territorialização do capital que tende para a homogeneização, pois está baseado em um único sistema técnico, que molda os cerrados desde a década de 1970.

Esse processo cria e recria formas que se espacializam se integrando ao processo geral do capital ou, mesmo que mantendo a forma anterior, integram-se ao processo de acumulação do capital. Um exemplo disso pode ser a pecuária tradicional, que serviu como atividade de expansão na fronteira e hoje mantém ainda formas tradicionais, mesmo concorrendo com uma pecuária que incorporou as tecnologias da chamada modernização das atividades no campo.

Santos(1996) chama a atenção para a coexistência de temporalidades no mesmo lugar:

O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações. Mas, graças à globalização e a seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais. (Santos, 1996, p.213).

O fato de coexistirem diferentes temporalidades não significa que elas estejam desarticuladas no sistema do capital; ao contrário, essa articulação entre diferentes tempos/ espaços produz a configuração espacial. Essa concepção não retoma o conceito dual de moderno e arcaico, que já está superado. As diferentes formas criadas e recriadas pelo sistema capitalista implicam diferentes temporalidades que se articulam de forma contraditória, em que o moderno não é necessariamente o de base técnica contemporânea, mas o de base técnica capaz de coexistir no sistema, o que amplia a complexidade espacial, mesmo porque o tempo do capital não é concretamente apenas o linear do progresso, da mo-

dernização, da conduta racional com fins do desenvolvimento, como lembra Martins (1995).

A pluralidade como construção espacial

Tomamos como referência que o capitalismo, no seu processo de expansão e principalmente no de acumulação ampliada, produz um espaço desigual e contraditório, em que, além das formas próprias do capitalismo, também cria ou recria formas não capitalistas. Concordamos também que a tendência natural do capitalismo é a subordinação de todos os espaços à produção e reprodução do capital; que o capitalismo é um sistema mundial que concentra e centraliza o capital e que, por isso, temos que compreendê-lo enquanto totalidade contraditória, pois sua dominação se dá tanto na produção como na circulação e por isso produz um espaço desigual e contraditório.

Ao tomar essas referências percebe-se que a análise do campo não pode ser dissociada do movimento global do capital. Como lembra Santos (1996), essa ordem global busca impor uma racionalidade única, mas os lugares respondem de forma diversa.

Nessa perspectiva podemos ver uma pluralidade de ações, em que os sujeitos constroem os seus territórios dando a eles um significado, um conteúdo, tornando-os um espaço de vida, que nem sempre é entendido pelo de fora, pelo estranho. Nesse sentido afirma Tavares dos Santos:

A construção de uma perspectiva relacional das relações sociais, percebemos as classes e grupos sociais como construções práticas e simbólicas de posições na estrutura da sociedade, agentes com trajetórias heterogênea e diferenciadas estratégias de reprodução social. Nesse plano, parece fundamental situar as redes de dominação presentes nas formações sociais, sejam processos de exploração

econômicas, sejam processos de disciplinarização, as quais são acompanhadas por ações de violência simbólica e física. (Tavares dos Santos, 1999, p.12)

Essa construção teórico-metodológica possibilita evidenciar os sujeitos e suas ações na construção do espaço. Nesse sentido afirma Fernandes:

No interior desse processo formam-se diferentes movimentos sociais que inauguram novas situações, desenvolvem outros processos. Nesse sentido, os processos representam o fenômeno histórico da luta entre classes. É exatamente a luta que forma a classe trabalhadora. São as suas experiências que constroem as práticas sociais e que produzem as dimensões do espaço social. Dessas experiências nascem o conhecimento, a consciência, a forma de organização e a resistência, enfim, a identidade de classe, desmitificando a aparência e transformando/conquistando uma nova realidade social. (Fernandes, 1996, p. 25)

O espaço, quando visto enquanto uma construção dialética, em que as relações sociais são construídas conflituosamente, produzindo diferentes formas, diferentes tempos, que são subordinados a uma totalidade que acentua essas contradições, cria assim funções novas para velhas formas e novas formas para velhas funções.

As lutas de posseiros, índios, trabalhadores sem terras, assalariados rurais, seringueiros se inserem na resistência contra as redes de dominação das ações do Estado nas suas políticas agrárias/agrícolas, na luta contra o poder local, contra o latifúndio, contra a expropriação e a apropriação do capital. Os conflitos da luta pela terra mostram que os sujeitos não só se subordinam, mas também agem, mesmo que numa relação de

inclusão/exclusão. São essas ações que devem ser apreendidas como produtoras do espaço, compreendê-las nas suas contradições é a possibilidade para desvendar a essência do espaço.

Compreender o espaço como pluralidade é o que nos possibilita dar um verdadeiro sentido geográfico. Diferentes formas, diferentes temporalidades, diferentes realidades sociais se desenvolvem em ritmos diferentes, articulando-se contraditoriamente, compondo assim uma totalidade.

ABSTRACT

PEIXINHO, Dimas Moraes. Theoretician methodologic questions of Geography and studies about country, *Temporis(Ação)*, Goiás, v.1, n.4, jan./dez. 2000.

The objective of this text is to make a theoretical and methodological reflection on how to board the field in a geographic approach. The order to understand the geographic configurations of the Brazilian field, it is necessary to understand the process of the capitalist development in Brazil and its contradictions. Among these contradictions there is the creation of now capitalist shapes and different time variations that fuse producing a space mosaic.

BIBLIOGRAFIA

- AMIN, S., VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural Brasileiro? In: *Geografia, política e cidadania*. Terra Livre, São Paulo: AGB, n. 15, -87-112, 2000.
- FERNANDES, B. M. *MST – formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LINHARES, M. Y., TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LEFEBVRE, H. *Lógica forma/lógica dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

- MARTINS, J. S. A reprodução do capital na fronteira pioneira e o nascimento da escravidão no Brasil. In: *Tempo social*. Revista. Sociol. USP, São Paulo 6(1-25), 1995.
- MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- OLIVEIRA, A U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: *Geografia do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, A U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, A U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião: Sudeste, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço- técnica e tempo/ razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In: *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.